



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27**

LEI MUNICIPAL Nº 2670 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPEZA DO MUNICÍPIO DE
MAJOR VIEIRA PARA O
EXERCÍCIO DE 2024”.**

EDSON SIDNEI SCHROEDER, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Major Vieira, para o exercício financeiro de 2024, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 48.733.300,00 (quarenta e oito milhões setecentos e trinta e três mil e trezentos reais) discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

I - DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL.

Art. 2º - O Orçamento do Município de Major Vieira (Prefeitura, Fundos, Fundações e Câmara de Vereadores) para o exercício de 2024 estima a Receita em R\$ 48.733.300,00 (quarenta e oito milhões setecentos e trinta e três mil e trezentos reais) e fixa as Despesas para a Câmara Municipal em R\$ 2.124.096,89 (Dois milhões cento e vinte e quatro mil, noventa e seis reais e oitenta e nove centavos), e fixa as despesas da Prefeitura Municipal, Fundos e Fundações em R\$ 46.609.203,11 (quarenta seis milhões, seiscentos e nove mil, duzentos e três reais e onze centavos).

§ 1º - A Receita Consolidada da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	54.527.300,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00
3. DEDUÇÃO DA RECEITA	-5.844.000,00
4. RECEITA TOTAL	48.733.300,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27

§ 2º - A Despesa Consolidada da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Cód	ORGÃO	VALOR R\$
02.00	Gabinete do Prefeito	801.954,11
03.00	Secretaria de Administração e Gestão	2.691.500,00
06.00	Secretaria Municipal de Educação	14.157.500,00
07.00	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	4.829.249,00
09.00	Sec. Munic. Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente	940.000,00
20.00	Sec. Munic. De Planejamento e Desenvolvimento Econômico	420.000,00
21.00	Sec. Munic. De Finanças e Tributação	2.840.000,00
99.00	Reserva de Contingência	487.333,00
17.00	Fundo Municipal de Assistência Social	1.785.000,00
18.00	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	31.000,00
19.00	Fundo Munic. de Desenvolvimento Rural	55.000,00
13.00	Fundo Rotativo Habitacional	21.000,00
14.00	Fundo Municipal de Saúde	8.807.000,00
15.00	Fundo Municipal de Previdência Social de Major Vieira	6.067.667,00
16.00	Hospital Municipal de Major Vieira	2.650.000,00
22.00	Fundo Municipal De Saneamento Básico	25.000,00
01.00	Câmara Municipal de Vereadores	2.124.096,89
TOTAL		48.733.300,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	43.481.418,00
4.0.00.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	4.764.549,00
9.0.00.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	487.333,00
TOTAL		48.733.300,00

Art. 3º Os recursos da Reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 4º A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação em conformidade com a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e suas alterações, e normas editadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC.

Parágrafo único: Durante a execução orçamentária de 2024, autorizado por Lei, o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos fiscais, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2024.

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operação de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e da Despesa.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27

Art. 6º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais de projetos, atividades ou operações especiais, mediante Lei específica.

Art. 7º Durante o exercício de 2024 o Poder Executivo Municipal, mediante Lei específica, poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritários nesta lei ou por créditos adicionais.

Art. 8º Através de Lei específica autorizativa e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Município poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º O Executivo Municipal poderá mediante Lei específica firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10º Ficam consignadas nas dotações de pessoal previsão para concessão de revisão e/ou correção salarial.

Parágrafo Único: As dotações de pessoal do orçamento poderão ser suplementadas sempre que necessário para fazer frente às despesas geradas com a reposição e/ou correção salarial, conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 11º A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Entidades Públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de subvenção ou auxílio se dará mediante Lei específica, e beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 12º A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição se dará mediante Lei específica, e beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27

Art. 13º Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante Lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14º É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal na presente Lei Orçamentária Anual, nos termos do respectivo anexo.

§ 1º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior sendo que a metade deste percentual será destinada para ações e serviços de saúde pública.

§ 2º As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos estritamente de ordem técnica, nestes casos, serão adotadas as seguintes medidas: (vide §12 e §14 do art. 166 da CF)

I – até cento e vinte dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II – até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III – até 30 de setembro, ou até trinta dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei ao Legislativo Municipal sobre o remanejamento da programação prevista inicialmente cujo impedimento seja insuperável; e

IV – se, até 20 de novembro, ou até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Legislativo Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária anual.

V- No caso de descumprimento do prazo imposto no inciso IV do §2º as programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 2º deste artigo.(vide §15 do art. 166 da CF)

§ 3º Considera-se equitativa a execução das programações em caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente de autoria. (vide §18 do art. 166 da CF).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27

§ 4º Para fins do disposto no caput deste artigo, a execução da programação orçamentária será fiscalizada e avaliada pelo Vereador autor da emenda, quanto aos resultados obtidos.

§ 5º A não execução da programação orçamentária das emendas parlamentares previstas neste artigo implicará em crime de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável.

§ 6º O valor destinado às emendas parlamentares impositivas deverá ser suficiente para a execução do objeto proposto no exercício financeiro.

Art. 15º Os recursos financeiros destinados ao Poder Legislativo Municipal no quadriênio 2022/2025, corresponderão ao percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da CF, efetivamente realizado nos respectivos exercícios anteriores, excluído desse limite os gastos com funcionários inativos da Câmara.

Parágrafo único: Se verificado no início de cada exercício, que os recursos financeiros de que trata o "caput" deste artigo estão aquém do percentual de 7% (sete por cento) previsto no art. 29-A, inciso I da CF/88, o Presidente da Câmara através de ato da Presidência proverá a reestimativa dos valores, para encaminhamento ao Poder Executivo, de modo que seja feita a adequação orçamentária.

Art. 16º A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, sendo revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira (SC), 21 de dezembro de 2023

EDSON SIDNEI SCHROEDER
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27**

ANEXO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

TIPO DE EMENDA	CÓDIGO DA EMENDA	NOME DA EMENDA	VALOR	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AUTOR	SUBAÇÃO DEDUZIDA	VALOR DA DEDUÇÃO
Impositiva	01	Investimento na construção de garagem para os veículos da	R\$461.632,04	Secretaria Municipal de Saúde	Vereadora Vilma Muller Kiem, Vereador Antônio	Ações de Média e Alta	R\$461.632,04



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27

		Secretaria Municipal de Saúde.			Gonçalves de Almeida, Vereador Silvio Kizema, Vereador Alcir Iarrocheski, Vereador Vicente Paulitisky Neto, Vereador Laercio Sobczack, Vereadora Soleima Aparecida de Oliveira, Vereador Alcir de Deus Bueno e Verador Osnildo Ricardo da Cruz	Complexidade na Saúde.	
Impositiva	02	Instalação lavanderia e ampliação do refeitório na	R\$51.625,78	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	Vereador Alcir Iarrocheski	Gestão inovadora e qualitativa em educação, esporte,	R\$51.625,78



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27

		Escola Dráusio Celestino Cunha				cultura e turismo	
Impositiva	03	Investimento na cobertura da Quadra de Grama Sintética da Escola Frei André Malinski.	R\$51.625,78	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Vereador Laercio Sobczack	Gestão inovadora e qualitativa em educação, esporte, cultura e turismo	R\$51.625,78
Impositiva	04	Destinação de recursos para aquisição de placar eletrônico e outras melhorias no Ginásio Municipal.	R\$51.625,78	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Vereador Osnilo Ricardo da Cruz	Gestão inovadora e qualitativa em educação, esporte, cultura e turismo.	R\$51.625,78
Impositiva	05	Destinação de recursos para a APAE de Major Vieira construir cobertura destinada para o embarque e	R\$51.625,78	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Vereador Silvio Kizema	Gestão inovadora e qualitativa em educação, esporte, cultura e turismo.	R\$51.625,78



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27

		desembarque de alunos					
Impositiva	06	Realização de quadra de grama sintética na Escola Dráusio Celestino Cunha	R\$103.251,56	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	Vereadora Soleima Aparecida de Oliveira, Vereadora Vilma Muller Kiem.	Gestão inovadora e qualitativa em educação, esporte, cultura e turismo.	R\$103.251,56
Impositiva	07	Instalação de parque infantil na COHAB I	R\$51.625,78	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Vereador Antônio Gonçalves de Almeida	Gestão inovadora e qualitativa em educação, esporte, cultura e turismo.	R\$51.625,78
Impositiva	08	Investimento em brita corrida para melhoria das estradas da Localidade do Pulador	R\$103.251,56	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	Vereador Alcir de Deus Bueno Vereador Vicente Paulitisky Neto	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros.	R\$103.251,56